



## Regime Jurídico

**Local:**

**Escola de Governo** - Rua do Livramento 153, Centro

**Carga Horária:**

40 horas

**Período:**

20 a 24/05; 03 a 07/06/19

**Horário:**

08 às 12h - Manhã

**Período de Inscrição:**

25/03 a 16/05/2019

### PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos do Poder Executivo do Estado de Alagoas, Estagiários, Bolsistas, Prestadores de Serviços, Secretarias e Órgãos Conveniados.

### PRÉ-REQUISITO

Não possui.

### OBJETIVO GERAL

Estimular os servidores públicos do Poder Executivo do Estado de Alagoas à utilização das leis, gerais e específicas, bem como dos direitos e deveres no serviço público.

**ESCOLA DE GOVERNO**  
de Alagoas

## APRESENTAÇÃO

Todo servidor que ingressa na Administração Pública está adstrito a uma série de legislações específicas que regem a forma de condução daqueles que praticam atos públicos. Sendo assim, é imprescindível que os agentes públicos pertencentes a cada esfera governamental tenham pleno conhecimento não somente de seus direitos, mas também de seus deveres e normatizações que balizam sua conduta.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o regime jurídico para servidores civis da administração direta, autarquias e fundações. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos é o conjunto de princípios e regras referentes a direitos, deveres e demais normas de conduta que regem a vida funcional do servidor.

No âmbito de cada esfera política - União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios - há um Estatuto aplicável aos servidores das respectivas esferas governamentais. Em Alagoas, tal estatuto encontra-se amparado pela Lei nº 5.247, de 26/07/1991, que versa sobre o regime jurídico aplicável aos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

## EMENTA DO CURSO

Lei nº 5.247, de 26 de julho de 1991:

Definições conceituais acerca da função, cargo, servidor público civil e RJU;

Acessibilidade dos cargos;

Vedações específicas;

Formas de provimento do cargo público;

Lotação genérica e específica;

Remoção e redistribuição;

Vacância;

Vantagens e indenizações.

Gratificações adicionais;

Licença e afastamentos;

Concessões;

Deveres do servidor público;

Proibições;

Acumulação de cargos públicos;

Penalidades disciplinares;

Benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor.